

MATTOS, Sérgio. Mudanças positivas no Ensino de Comunicação: Fortalecimento da Sociedade Democrática. In GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Ciências da Comunicação no Brasil Democrático**. – Coleção Verde-Amarela, vol. 4 , As margens plácidas – São Paulo: INTERCOM, 2008, pp.19-38.

## **Mudanças positivas no Ensino de Comunicação: Fortalecimento da Sociedade Democrática**

**Sérgio Mattos<sup>1</sup>**

O objetivo deste texto é identificar alguns dos avanços do espaço universitário da comunicação no período compreendido entre 1957 e 1977 e como estas conquistas fortaleceram a sociedade democrática, tendo em vista que o País esteve mais de 70% desses anos sob o regime de exceção pós-1964, que considerava a comunicação como área estratégica para segurança e desenvolvimento. Devido à conjuntura histórica este período foi marcado pelas ações e projetos de desenvolvimento e de segurança nacional do regime militar. Apesar do regime de exceção, ao longo destes 20 anos houve a expansão do ensino do Jornalismo, a criação das primeiras Escolas de Comunicação e dos cursos de Pós-Graduação, a modernização e o crescimento do número de veículos de massa. Foi também durante o período de 1957-1977 que surgiram os primeiros estudos voltados para a expansão da indústria cultural, principalmente sobre a televisão.

Foi durante este período que os estudos de comunicação deixaram seu caráter predominante historiográfico, passando a concentrar atenção na expansão da indústria cultural devido à criação, nas Universidades, das Escolas de Comunicação, que se multiplicaram por todo país. A história das ciências da comunicação no Brasil se fortaleceu e se consolidou exatamente no período que vai de 1957 a 1977, quando as Escolas de Comunicação passaram a priorizar a pesquisa. O número de cursos de Jornalismo passou de 17, em 1969, para 40, em 1972, enquanto o número de cursos de Comunicação Social já atingiu o total de 791 neste ano de 2007, sendo que destes 268 são de Jornalismo. Marca ainda, esse período, a busca da respeitabilidade acadêmica com o surgimento dos primeiros cursos de Pós-Graduação em Comunicação.

---

<sup>1</sup> Sérgio Mattos é Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos, professor aposentado da UFBA e autor de vários ensaios e livros na área de comunicação, dentre os quais *História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política* (Vozes, 2002) e *Mídia Controlada: A história da censura no Brasil e no mundo* (Paulus, 2005). Este texto foi apresentado durante o VI Simpósio Nacional de Ciências da Comunicação – SINACOM, no Painel 1, promovido pela INTERCOM e realizado em São Paulo de 10 a 12 de dezembro de 2007.

Basicamente, esse período está demarcado por eventos, um internacional e dois nacionais, que servem, a nosso ver, como marcos para o início e o fim desse período:

1) – A implantação, a partir de 1957, por iniciativa da UNESCO, órgão da ONU que se ocupa da difusão da cultura e da educação no mundo, de alguns centros de formação para professores de Jornalismo denominados CIESJ – Centro Internacional de Ensino Superior em Jornalismo. O CIESPAL, um desses centros voltado para o continente Latino-americano, foi instalado em Quito, Equador, no ano de 1958, passando a exercer uma forte influência na remodelação do ensino universitário de comunicação na América Latina, priorizando o ensino técnico-profissional sob uma orientação metodológica que influenciou decisivamente as primeiras gerações de pesquisadores brasileiros de comunicação. Mais especificamente no Brasil, o lançamento do livro do professor e jornalista Carlos Rizzini, intitulado *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, em 1957, é um marco de referência do início deste período das conquistas da comunicação.

2) – A criação e fundação da INTERCOM em 12 de dezembro de 1977, sob a liderança do professor José Marques de Melo, marca o fim desta fase e o início de uma outra, que se estende até os dias atuais [2007], quando esta instituição, ao longo dos últimos 30 anos, desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento e consolidação da pesquisa em comunicação no Brasil.

A partir dos marcos que delimitam o início, 1957, e o fim, 1977, desse período, nos deteremos a identificar e contextualizar os principais fatos ocorridos ao longo desses 20 anos. Para tanto, este trabalho, inconclusivo, está dividido em duas partes. Na primeira, nos limitamos a apresentar um breve relato sobre o contexto no qual começaram a ocorrer as mudanças na área da comunicação. Na segunda, tentaremos, cronologicamente, identificar e apresentar fatos que nos ajudem a entender melhor como se deu a conquista do espaço universitário da comunicação.

## **O CONTEXTO PARA O INÍCIO DAS MUDANÇAS**

O Brasil vivia um momento de euforia e desenvolvimento durante o governo de Juscelino Kubitschek, considerado como um dos mais liberais até aquela data. Um período marcado também por mudanças positivas na imprensa. Foi nessa época que o *Diário Carioca* introduziu o *lead* no Jornalismo brasileiro e com uma equipe de *copidesque* passou a desempenhar um papel de formador de novos profissionais. Foi nesses anos que aconteceu também a reforma do *Jornal do Brasil*, iniciada em 1956

com o lançamento do Suplemento Dominical e concluída em 1961, quando o jornal se consolidou e passou a servir de modelo para outros veículos. Em 1965 o *JB* criou os “*Cadernos de Jornalismo e Comunicação*”, sob orientação de Alberto Dines. Outras empresas de comunicação, a exemplo da revista *Manchete*, seguiram o exemplo e criaram também revistas similares na mesma época, contribuindo para orientar e complementar a formação de profissionais vinculados à área de comunicação.

Nos anos JK, a mídia impressa – jornais e revistas – teve um período áureo. O jornalismo político e o jornalismo popular de então, passou a abandonar suas tradições de combate, de crítica e de opinião, passando a se preocupar com a linguagem e com a objetividade da informação. As revistas ilustradas desfrutavam de grande prestígio. Em março de 1959, a *Senhor* foi lançada no Rio de Janeiro e devido as suas características gráficas e atenção especial às inovações artísticas e culturais, tidas como ousadas para a época, foi considerada como um marco da evolução das revistas brasileiras. Foi, a partir de 1956, que a expansão da televisão fez com que este veículo passasse a ser utilizado em campanhas políticas, quando ocorreram alguns problemas, tais como a censura ao programa “Noite de Gala”, da TV Rio, em 1957, por causa das críticas políticas ao presidente.

Nos anos de 1957 e 1958 houve uma renovação na música popular brasileira, com o surgimento da “Bossa Nova”, cujo ícone foi Antonio Carlos Jobim. No mesmo período, surgia o “Cinema Novo”, com uma proposta de mudança estética, marcada pelo filme “Rio Zona Norte”, dirigido por Nelson Pereira dos Santos, em 1957. O Cinema Novo inaugurava o diálogo com o neo-realismo urbano. Logo a seguir surgiu, em 1959, outra grande expressão do “Cinema Novo”, Glauber Rocha, com curta-metragem “O Pátio”, em 1959.

O setor da Educação também sofreu mudanças radicais neste período, provocadas a partir dos debates em torno das propostas para a reforma do ensino básico. Os debates envolviam educadores comprometidos com os ideais da “Escola Nova” e os que defendiam os interesses da rede privada de ensino. O manifesto intitulado “Mais Uma Vez Convocados”, redigido por Fernando Azevedo, foi publicado no dia primeiro de julho de 1959. No manifesto de 1959 foram reafirmados os mesmos ideais do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. O manifesto de 1959 foi assinado por quase 200 intelectuais, dentre os quais destacam-se os nomes de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Darci Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda. As propostas dos chamados “escola-novistas”, entretanto, foram derrotadas

com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, já no governo João Goulart. O campus da Universidade de Brasília – UnB, projetado durante o governo de JK só foi inaugurado na data do segundo aniversário da capital, em 21 de abril de 1962. O modelo universitário que havia sido gestado durante o governo JK baseava-se na aplicação do princípio da autonomia universitária e na relação articulada entre ensino e pesquisa. Como a implantação de seu estatuto demorou muito, um clima de instabilidade institucional cresceu, motivando movimentos grevistas que resultaram em repressão policial e demissão de inúmeros professores. A regulamentação da UnB só foi efetivada durante os governos militares pós-1964. Quatro anos depois do golpe, o regime militar promoveu uma Reforma Universitária, determinando o fim do regime serial e independente das faculdades, passando a adotar o sistema de créditos. No que se refere especificamente às mudanças ocorridas no ensino da Comunicação, Eduardo Meditsch sintetiza, explicando:

[...] a formação clássico-humanista que orientava os cursos de Jornalismo até a década de 60 foi rejeitada pelo funcionalismo introduzido pelo CIESPAL. O funcionalismo que dominou os cursos na década de 70 foi extirpado do currículo pela hegemonia do marxismo, com o reinado da psicanálise e do simbólico. Estas vertentes também já saíram de moda, substituídas pelas explicações pós-modernas da sociedade e pelos estudos culturais. Cada nova teoria ensina que as anteriores não tinham importância, mas todas garantem ser mais importantes do que as práticas. Estas últimas, embora com sua importância minimizada, continuaram as mesmas, e graças somente a elas o campo acadêmico não foi descartado como um todo e manteve alguma identidade ao longo destas décadas (MEDITSCH, 1999).

Foi durante o início deste período de efervescência cultural e de desenvolvimento econômico, com a chegada da indústria automotiva ao País, que o historiador e jornalista Carlos Rizzini, considerado o pioneiro dos estudos sobre Comunicação no País, lançou o livro *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, que está completando 50 anos de lançado neste ano de 2007. Foi Carlos Rizzini, segundo Paulo da Rocha Dias, o responsável, no Brasil, pelo início da “moderna bibliografia midiática brasileira. A singularidade do seu pensamento sobre ‘informação’ é de fundamental importância para a sistematização do pensamento comunicacional brasileiro” (DIAS, 2000).

Observe-se, entretanto, que os primeiros estudos sobre Jornalismo e Publicidade aconteceram, no Brasil, na década de 20 do século passado e foram intensificados após a criação de cursos de Jornalismo, em 1947, no Rio de Janeiro, na então Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, em 1948, na Faculdade Cásper Líbero. Em 1923, por exemplo, Barbosa Lima Sobrinho, identificado por José Marques de Melo como o precursor do estudo científico da mídia no Brasil, lançou o livro intitulado *Problemas da Imprensa*. O próprio Carlos Rizzini

também lançou, antes do livro sobre Hipólito da Costa, um outro, no ano de 1946, intitulado *O Livro, O Jornal e A Tipografia no Brasil-1500-1822* que, além de apresentar uma história da tipografia, realiza um levantamento minucioso da produção impressa no Brasil, do descobrimento à independência.

Segundo José Marques de Melo esse livro é “o primeiro tratado de história da mídia impressa, resultado de uma pesquisa erudita e bem documentada, realizada pelo jornalista Carlos Rizzini. Apesar de escrita fora da academia, essa obra logo seria legitimada pela comunidade intelectual, tal o seu valor científico”(MARQUES DE MELO, 1999).

## **CONQUISTAS DO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO DA COMUNICAÇÃO**

O lançamento do livro de Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, em 1957, pode ser considerado como um dos marcos cronológicos, uma referência para as conquistas do espaço universitário da comunicação neste período, que se inicia em 1957 e se estende até 1977, com a fundação da INTERCOM. Este fato cresce em importância quando se identifica que, de acordo com José Marques de Melo, o jornalista Carlos Rizzini foi um dos pioneiros a exercer a liderança acadêmica como pesquisador de Jornalismo e da Ciência da Comunicação no Brasil. Ao lado de Danton Jobim, Pompeu de Souza e Luiz Beltrão, ele foi um dos primeiros a esboçar uma metodologia para o ensino do Jornalismo.

No Rio de Janeiro, Danton Jobim iniciou suas tentativas de institucionalizar a pesquisa científica como atividade básica na formação dos jornalistas, criando na UFRJ um Instituto especializado em pesquisa jornalística.

[...] Com a fundação dos cursos destinados a habilitar profissionais para o exercício das atividades informativas no jornal e no rádio, mídia peculiar nos anos 40 do século passado, foi natural que a práxis jornalística despertasse interesse científico.

As incursões iniciais nesse terreno devem ser creditadas a Carlos Rizzini, que exerceu liderança acadêmica nas duas primeiras escolas de Jornalismo do País. Tanto na escola paulista, fundada por Cásper Libero e implantada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em convênio com o jornal *A Gazeta* quanto na escola carioca, reivindicada pela Associação Brasileira de Imprensa – ABI, desde o início do século, mas inserida na estrutura da emblemática Universidade do Brasil, hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro. O protagonismo de Rizzini como pesquisador do Jornalismo, transferindo para o espaço acadêmico o capital metodológico acumulado na prática da reportagem dentro das redações de jornais e revistas, encontra-se resgatado na biografia escrita por Paulo da Rocha Dias” (MARQUES DE MELO, 2007).

Outros importantes marcos que contribuíram diretamente para a inclusão do Jornalismo como disciplina universitária, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, e que ocorreu, também, no ano de 1957, foi a criação do CIESJ (Centro Internacional de Ensino Superior em Jornalismo) pela UNESCO, em várias regiões do Terceiro Mundo, e da International Association for Media and Communication Research (IAMCR), em Paris, onde Danton Jobim disseminou a perspectiva brasileira de analisar e estudar o Jornalismo. No ano seguinte, 1958, o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL) foi criado com sede em Quito, no Equador. De acordo com a própria autodefinição, disponibilizada na Internet, o CIESPAL

[...] é um organismo regional não-governamental, autônomo sem fins lucrativos, que trabalha pelo desenvolvimento e democratização da comunicação, informação e cultura latino-americana, através de atividades de pesquisa, formação profissional, documentação e produção de materiais-educativos impressos, de áudio e vídeo. [...] As políticas que têm inspirado sua ação são: 1) Apoiar o desenvolvimento da comunicação, em todos os campos, colocando especial ênfase no estudo e desenvolvimento de teorias inovadoras. 2) Tratar a comunicação como elemento fundamental para o desenvolvimento integral da sociedade. 3) Contribuir para a democratização da comunicação como única alternativa de solução para os problemas nacionais e continentais, e como meio para democratizar a sociedade CIESPAL, 2007).

O principal objetivo do CIESPAL na década de 60 era o de remodelar o ensino superior de Comunicação e disseminar dois modelos básicos de pesquisa na América Latina: estudos de morfologia e conteúdo da imprensa e estudos sobre o comportamento do consumidor dos veículos de comunicação de massa.

Segundo interpretação do professor e jornalista Victor Gentilli, o CIESPAL

[...] foi concebido como mais uma entidade criada no bojo de um conjunto de iniciativas praticadas na época por iniciativa da UNESCO, órgão da ONU que se ocupa da difusão da cultura e da educação no mundo. O mundo então vivia o auge da guerra fria”. [...] à época, o estudo dos fenômenos da comunicação no Brasil e na América Latina era ainda produzido de maneira precária e isolada e marcadamente influenciada pelas pioneiras escolas de jornalismo norte-americano. A própria expressão ‘comunicação’, aliás nem existia. Seria o próprio Ciespal que introduziria o termo na América Latina consagrando-o a partir da difusão das escolas (GENTILLI, 2000).

Na análise de Marques de Melo (1999) “até o início da década de 60 o Jornalismo permanecia como o único setor comunicacional legitimado pela Universidade brasileira. Os demais setores cresciam fora dos muros acadêmicos. Sua assimilação universitária só se daria em 1963, quando Pompeu de Souza cria, na Universidade de Brasília, a primeira Faculdade de Comunicação de Massa, articulando os estudos de Jornalismo, Publicidade, Cinema, Rádio e TV”.

Na década de 60 o CIESPAL contribuiu para dar um novo status científico ao Jornalismo que se firmava dentro das universidades. A introdução dos estudos de Jornalismo Comparado na América Latina, por exemplo, deveu-se ao pesquisador francês Jacques Kayser, que ministrava aulas nos cursos patrocinados pelo CIESPAL. Ele lançou as bases, até 1963, “de um esforço no sentido de aplicar a metodologia já experimentada em áreas desenvolvidas para o estudo sistemático do Jornalismo numa região dotada de condições econômicas, culturais e políticas diversas” (MARQUES DE MELO, 1972).

A formação clássico-humanística, que dominava o ensino do Jornalismo no Brasil, até a década de 1960, foi rejeitada pelo funcionalismo introduzido pelo CIESPAL. Este introduziu a figura do “comunicador polivalente” e passou a valorizar o funcionalismo americano em substituição à formação clássico-humanística. Em 1962, foi estabelecido, no País, o primeiro Currículo Mínimo para a área de Jornalismo. O funcionalismo, que dominou a orientação dos cursos e das pesquisas em Comunicação, até meados da década de 1970, foi extirpado do currículo pela hegemonia do marxismo que veio a seguir. De acordo com José Marques de Melo, foi a partir de 1977 que “a pesquisa Latino-Americana em Comunicação passou de um estágio de completa dependência teórica e metodológica para uma situação de consciência de tal subordinação”.

Coincidentemente, Luiz Beltrão começou sua carreira como docente no ano de 1959. Em 1960, publicou o primeiro livro específico de Jornalismo no Brasil: “*Introdução à Filosofia do Jornalismo*”, tendo recebido o Prêmio Orlando Dantas, outorgado pelo *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. As pesquisas de Luiz Beltrão são consideradas como uma das principais contribuições brasileiras à Teoria da Comunicação Latino-Americana, pois ele lançava mão das teorias e metodologias norte-americanas do Jornalismo e as “transportava” para o contexto sociopolítico e cultural do nordeste.

Em 1963, em Pernambuco, Luiz Beltrão criou o Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM ), a partir da experiência que teve no CIESPAL, no qual ministrou a disciplina “Métodos em la enseñanza de la técnica del periodismo” . O ICINFORM é considerado como

[...] o primeiro Centro de estudos teóricos da Comunicação e Informação. Tratava-se de iniciativa pioneira de Luiz Beltrão, inspirada pelas idéias restauradoras e modernizantes do pós-guerra, geradas pela ONU e pela UNESCO. O ICINFORM foi idealizado nos moldes dos cinco centros que a UNESCO implantou em todos os continentes, mas era

intrinsecamente moldado pelo CIESPAL, fundado em Quito, no Equador (FELICIANO, 2003).

Para se ter uma idéia da influência do CIESPAL, vale lembrar o fato de que, por volta de 1964, aquele centro já havia treinado mais de 200 professores e diretores de faculdades brasileiros. O treinamento seguia à risca as decisões tomadas em 1961 durante a Conferência de Punta Del Este, quando foi lançado o programa de modernização dos sistemas educacionais para a América Latina que priorizava quatro pontos básicos: controle centralizado; prioridade ao ensino técnico; tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e despolitização das relações educacionais.

Vale lembrar que com o golpe militar de 1964, as propostas do CIESPAL para o ensino da Comunicação foram plenamente postas em prática pela Universidade brasileira (MEDITISCH, 1999). Isto porque seguindo a mesma orientação norte-americana do pós-Guerra, o Regime Militar, de 1964, passou a considerar a comunicação como área estratégica para segurança e desenvolvimento do País (MATTOS, 2002).

A partir de 1963, o ICINFORM passa a desenvolver, sob coordenação de Luiz Beltrão, atividades de extensão e de pesquisa sistematicamente. Em 1964, promoveu, em Recife, o I Curso Nacional de Ciências da Informação. Uma das primeiras pesquisas enfocou os reflexos da falta de jornais diários no Recife, durante a greve dos gráficos, que ocorrera no período compreendido entre 21 de março a 9 de abril de 1963. Os resultados dessa e de outras pesquisas foram publicadas, posteriormente, na revista *Comunicação & Problemas*, editada pelo ICINFORM e que se caracteriza como o primeiro periódico científico da área. O primeiro número da revista data de março de 1965.

O segundo número da revista *Comunicação & Problemas*, de julho de 1965, publica os resultados de uma pesquisa do ICINFORM, realizada pelos alunos do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, sob supervisão de José Marques de Melo, intitulada “A Crônica policial do Recife” que, segundo estudo realizado por Fátima Feliciano, caracteriza-se como tendo sido este o primeiro estudo de Iniciação Científica em Comunicação realizado no Brasil, em 1963, e só publicado em 1965 (FELICIANO, 2003).

Com a ida de Luiz Beltrão para a Universidade de Brasília, em 1966, os estudos desenvolvidos pelo ICINFORM ficaram sob a responsabilidade do prof. José Marques de Melo, “que os conduziria até sua transferência para São Paulo, onde daria

continuidade a esta linha na Faculdade Cásper Líbero e, posteriormente, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) onde fundaria, em 1967, o Departamento de Jornalismo” (FELICIANO, 2003).

Durante o ano de 1965, o CIESPAL realizou seminários regionais na América Latina, tendo sido um deles, no Rio de Janeiro, quando foi recomendada a transformação dos cursos de Jornalismo em Institutos de Comunicação.

O CIESPAL não se limitava a propor a criação de um novo tipo de profissional: propunha a extinção e a substituição das profissões previamente existentes. A política do Centro influenciou a regulamentação profissional em diversos países e conseguiu unificar a linguagem acadêmica da área em todo o continente, com a boa desculpa de ‘facilitar o intercâmbio’. [...] Conforme relatório do professor Raymond Nixon, em 1970 um terço das escolas do continente haviam trocado a denominação de ‘jornalismo’ por ‘de comunicação’ ou equivalente. Em 1980, este número estava próximo de 85% (MEDITSCH,1999).

A segunda década do período 1957-1977, objeto deste trabalho, que tem início em 1967, foi marcada pelas mudanças introduzidas no ensino universitário, pela implantação dos cursos de pós-graduação, principalmente o da ECA/USP, pioneira em aglutinar todos os segmentos, da graduação à pós-graduação, no Brasil, pela diplomação, em 1973, dos primeiros Doutores em Jornalismo, e pela realização, no mês de dezembro de 1967, do I Encontro de Professores de Comunicação do Brasil. Vale dizer que no ano de 1967, o País ganhou nova lei de imprensa, Lei 5.250, sancionada pelo presidente Castelo Branco. Outros eventos marcantes que ocorreram neste período foram: a fundação da UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social, em 1969, em São Paulo; a realização do I Congresso Brasileiro de Comunicação, promovido pela ABI em 1970 e a criação, em 1972, da primeira associação da área: a ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, também fundada em São Paulo.

Em 1967, Luiz Beltrão tornou-se o primeiro Doutor em Comunicação no Brasil, defendendo a tese “Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias”, na Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho se constitui numa das principais contribuições brasileiras à Teoria da Comunicação Latino-Americana. Essa tese só seria publicada na forma de livro no ano de 1971, sob o título de *Comunicação e Folclore*. Dois anos depois, em 1969, Luiz Beltrão publicou o primeiro título de uma trilogia com ênfase na pedagogia da comunicação: *Imprensa Informativa: Técnica da notícia e da reportagem no jornal diário*. Em 1976, publicou o segundo título: *Jornalismo Interpretativo*. O terceiro, intitulado *Jornalismo Opinativo* foi publicado no ano de 1980.

A partir de então as ideias de Beltrão passaram a ser aprofundadas por pesquisadores brasileiros, destacando-se entre eles José Marques de Melo e Roberto Benjamin, seus ex-alunos. Inúmeros livros, monografias e teses têm sido publicados e a contribuição emblemática de Luiz Beltrão tem sido objeto de estudos e incentivado a difusão de suas ideias, por meio da fundação de várias instituições, a exemplo da INTERCOM, Rede Folkcom, Prêmio Luiz Beltrão entre outros que têm contribuído para sedimentar a Folkcomunicação como uma teoria de comunicação genuinamente latino-americana. O desenvolvimento do pensamento de Luiz Beltrão durante este período (1957-1977) e sua posterior difusão na América Latina, principalmente a partir da década de 90, pode ser considerada como uma das principais conquistas da comunicação no Brasil.

Seguindo o exemplo de seu mentor intelectual, José Marques de Melo também deixa Recife, estabelecendo-se em São Paulo, mas, antes disso, obteve o título de Especialista em Ciências da Informação Coletiva, pelo CIESPAL, no ano de 1966. Este título o habilitou a começar, em 1967, o curso de Doutorado em Jornalismo na ECA-USP e a criar, na então Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, o Centro de Pesquisas da Comunicação Social. No ano de 1969 organizou, em São Paulo, a I Semana de Estudos de Jornalismo da USP e a partir de 1970, quando faz sua estréia na literatura universitária, começa a publicar importantes livros, contribuindo para os avanços metodológicos da área. Entre outros, publicados no período objeto deste artigo, destacam-se: *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* (1970); *Folkcomunicação*, no ano de 1971; *Estudos de Jornalismo Comparado*, em 1972; *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*, em 1974; *Comunicação/Intercomunicação no Brasil*, em 1976; *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*, em 1976; *Comunicação, Opinião e Desenvolvimento*, no ano de 1977.

Foi também em 1967 que a ECA/USP inaugurou seus programas de Jornalismo, tanto na graduação (bacharelado) quanto na pós-graduação (doutorado). A partir de então a ECA passou a desenvolver projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo cursos em campos profissionais como Jornalismo, Cinema, Propaganda, Relações Públicas, Rádio e Televisão. Segundo José Marques de Melo, coube à “primeira geração de jornalistas-doutores, diplomados pela instituição, formar as várias gerações de Mestres e Doutores que, desde 1972, optaram pela área de concentração em Jornalismo” (MARQUES DE MELO 2007a e 2007b).

A Reforma Universitária de 1968, fruto de um convênio firmado entre o MEC e a USAID, terminou com o regime serial e independente das faculdades, que seguiam o modelo francês, e introduziu o modelo norte-americano com sistema de créditos individuais e um modelo administrativo que separava a coordenação dos cursos das chefias dos departamentos. Até então, o curso de Jornalismo tinha três anos de duração e passou, com a reforma, para quatro anos.

Em 1969, o Conselho Federal de Educação (CFE) reexaminou o currículo mínimo do curso de Jornalismo e formulou um elenco de disciplinas para as Escolas de Comunicação a partir das propostas de Celso Kelly, que havia também passado pelo CIESPAL. O resultado das sugestões de Kelly foi o parecer nº 631/69, aprovado pelo CFE, que deu origem à Resolução do MEC de nº 11/69. Essa Resolução estabeleceu, entre outras coisas, que os cursos de Jornalismo, passariam a ser de Comunicação Social com cinco habilitações. No entanto, para que as escolas fossem consideradas faculdades deveriam oferecer pelo menos três das cinco habilitações: Jornalismo Especializado, Jornalismo Polivalente, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Editoração. Foi devido a essa Resolução, que dividiu o currículo em disciplinas básicas por áreas (fenomenológicas, profissionais, específicas de cada habilitação e cultura geral) que, pela primeira vez, começou-se a falar da necessidade dos cursos de Comunicação Social disponibilizarem laboratórios para as aulas práticas, mas a efetivação dos mesmos foi sendo adiada devido à demora da implantação total do currículo. Tal Resolução perdurou até 1977, pois no ano de 1978, o CFE, por meio da Resolução nº 03/78 estabeleceu nova divisão no currículo dos cursos de Comunicação. O novo currículo, implantado pelo Ministério da Educação, que passou a reger os cursos de Comunicação em suas diversas habilitações, introduziu a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Cursos, o que viria a melhorar a qualidade do ensino nos anos subsequentes.

Observe-se que, em 1984, respaldado pelo Parecer nº 480/83, um novo currículo mínimo foi fixado pela Resolução nº 02/84, determinando que as disciplinas técnico-profissionalizantes fossem trabalhadas nas seis habilitações da área de Comunicação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Radialismo, Cinema e Produção Editorial. A partir, de então, a infra-estrutura laboratorial passou a ser obrigatória nas Faculdades de Comunicação. Como diz Marques de Melo,

[...] a Resolução CFE 02/84 tornou obrigatória a infra-estrutura laboratorial criando o ambiente propício ao desenvolvimento do experimentalismo nas faculdades de comunicação de todo o País. Apesar da hegemonia então exercida pelos adversários do

empirismo, a força da lei atuou no sentido de estruturar atividades de ensino comprometidas com a aplicação prática dos conhecimentos assimilados pelos jovens na sala de aula ou adquiridos nas leituras recomendadas pelos mestres que valorizavam a bibliografia segmentada. Isto facilitou a criação de pontes com mercado de trabalho. Essa nova safra de diplomados já possuía experiência na criação, produção e difusão de mensagens ou na gestão de campanhas, o que os habilitava a disputar vagas nas indústrias do ramo, sem reciclagem prévia (MARQUES DE MELO, 2004).

Pela força da lei foi, então, iniciada a implantação dos laboratórios para a prática das técnicas jornalísticas em todo o País. Antes disso, o estágio de estudantes nas empresas de comunicação era permitido, o que veio a ser proibido a partir de 13 de março de 1979, pelo artigo 19 do Decreto nº 83.284/79, como forma de combater a exploração, entre outras coisas, da mão-de-obra barata, tendo em vista o reconhecimento da profissão de jornalista. No Brasil, a profissionalização do Jornalismo teve início durante o Estado Novo e só foi concluída em 1969, com o reconhecimento da profissão de Jornalista pelo Decreto Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969. A regulamentação da profissão do profissional formado em Comunicação, nas mais diversas habilitações, passou a ser regida pela Lei nº 6.612/78.

Começaram, então, a surgir, na década de 60, as primeiras Faculdades de Comunicação, em Brasília, São Paulo e Porto Alegre. Isso libertou os cursos da área da tutela das faculdades de Filosofia e Letras, mas os levou a gravitar em torno das Ciências Sociais. Essa mudança contribuiu para que o campo da comunicação ganhasse “densidade acadêmica, assimilando o *habitus* peculiar aos que produzem conhecimento teórico”; mas, “a comunidade do Jornalismo perdeu em substância cognitiva, distanciando-se do empirismo típico da rotina das redações” (MARQUES DE MELO, 2007).

A partir disso começaram a surgir novos cursos, além do de Jornalismo, tais como os de Publicidade, Relações Públicas, Cinema, Rádio e Televisão. Mudaram o currículo, os meios, a tecnologia disponível, mas o problema da formação do jornalista persiste até os dias de hoje porque:

Perdura na academia o debate em termos dicotômicos: formar profissionais altamente qualificados para o mercado ou formar massa crítica de comunicadores? A questão é polêmica e não deveria ser levada ao extremo. As reformas permitiram que os cursos de jornalismo reformassem seus currículos, garantindo a viabilização de ambos os perfis. Não há teoria sem prática nem prática sem teoria (ADGHIRNI, 2006).

No ano de 1972, foi criada a primeira associação da área, ou seja, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), fundada em São Paulo,

que realizou alguns congressos nacionais, além de ter representado o Brasil na constituição de duas entidades Latino-Americanas: Associação Latino-Americana de Pesquisadores de Comunicação (ALAIIC), fundada em 1978, em Caracas, na Venezuela, e, a Federação de Associações de Faculdades de Comunicação (FELAFACS), fundada em 1981, na Colômbia” (MARQUES DE MELO,1999).

Em 1973, José Marques de Melo defende tese de doutorado na USP, passando a ser o primeiro Doutor em Jornalismo do Brasil e, a partir daí, dá início a uma carreira de realizações na área da comunicação, publicando livros, promovendo eventos e, em 1977, fundou a maior e uma das mais importantes instituições da comunicação, sendo responsável por contribuições e conquistas para o espaço universitário da comunicação. Trata-se da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), criada no dia 12 de dezembro de 1977, depois da realização do I Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, em Santos – São Paulo.

Sob a liderança de José Marques de Melo, a INTERCOM, com sua política pluralista para minorar os efeitos da luta que se processava então, na área acadêmica, entre teóricos e práticos, tem contribuído, ao longo destes 30 anos, completados neste ano de 2007, para os avanços dos estudos da comunicação. Desde o seu início a INTERCOM tem desempenhado um importante papel no desenvolvimento da pesquisa em Comunicação no Brasil. No início da década de 80 a Intercom empunhou a bandeira, liderando o movimento nacional em defesa dos cursos de Comunicação que estiveram sob ameaça de extinção pelo regime militar.

Ao ser criada, a Intercom assumia o compromisso explícito com o pluralismo teórico, a diversidade metodológica e a liberdade de expressão. Pessoas oriundas de diferentes áreas acadêmicas se comprometiam a praticar a interdisciplinaridade, convertendo os processos comunicacionais em focos privilegiados da ação investigativa. Sua meta era constituir um corpus cognitivo vocacionado para respaldar a formação dos profissionais da mídia nos cursos superiores mantidos pelas universidades de todo o país. Além disso, a Intercom exibia outras marcas. Uma delas tem sido o internacionalismo acadêmico. Para tanto a instituição vem exercitando diálogo permanente com as instituições congêneres que atuam no cenário mundial, particularmente a International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e a Internatioanal Federation of Communication Associations (IFCA) (MARQUES DE MELO, 2004, p.292).

No ano seguinte à criação da INTERCOM, uma nova Resolução do Conselho Federal de Educação, de nº 003/78 passou a exigir os Projetos Experimentais (TCCs) com o objetivo de garantir, também, a prática laboratorial de produtos jornalísticos em função do ciclo básico (dois primeiros anos) e profissionalizante (os dois últimos anos).

A Resolução do CFE de nº 002/84 fixou o currículo mínimo para os cursos de Comunicação Social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No período entre 1957 e 1977, o ensino, primeiro do Jornalismo e depois de Comunicação (com suas seis habilitações), foi marcado, como bem sintetiza José Marques de Melo, por

[...] avanços e retrocessos de natureza pedagógica, decorrentes da inserção institucional dos pioneiros cursos de Jornalismo nas faculdades de filosofia e letras. Tais espaços acadêmicos refletiam as demandas dos agentes educativos, vocacionados para atuar nas redes de ensino secundário, inibindo as identidades peculiares a segmentos profissionais, como o nosso, moldados, compulsoriamente pelo estilo discursivo que ali era hegemônico. Assim sendo, as primeiras gerações de profissionais midiáticos formados em nosso país sofreram as agruras de um modelo pedagógico que valorizava o beletismo e a didática do giz-e-quadro negro. Poucos cursos desenvolveram processos sintonizados com a natureza típica do Jornalismo, ou seja, atividades de produção noticiosa, a não ser exercícios redacionais, dentro ou fora da sala de aula, usando bem mais a caneta do que a máquina de escrever” (MARQUES DE MELO, 2004).

Entretanto, não se pode esquecer que apesar de funcionarem sob o regime de exceção pós-1964, as Universidades foram transformadas em verdadeiras trincheiras críticas de reação às imposições ditatoriais do período. A resistência ao regime militar levou a academia também a reagir contra as propostas de reformas para a educação, independente do fato de serem ou não positivas. Entretanto, foi, no período entre 1957-1977, que aconteceram as maiores conquistas do setor, tais como, entre outras, a implantação dos primeiros cursos de Pós-Graduação, a criação das Faculdades de Comunicação com suas diversas habilitações e a criação das primeiras associações de comunicação (ABEPEC, em 1972, e INTERCOM, em 1977). O sistema de comunicação de massa brasileiro e as Faculdades de Comunicação se consolidaram, nesse período, e foram fundamentais para a modernização e conquistas democráticas do País.

As Faculdades de Comunicação passaram a ser um espaço de discussão e intervenção crítica, ajudando seus alunos a serem melhores críticos e analistas dos meios de comunicação social e para ampliar a capacidade decisória daqueles que se dedicariam especificamente ao Jornalismo. Observe-se que foi, neste período, quando a indústria cultural se expandiu no País, que as Escolas, primeiro de Jornalismo, depois de Comunicação, alcançaram a legitimação (MARQUES DE MELO, 2004).

Foi, nesse período, que se consolidou a bibliografia midiática brasileira; que se estruturou, no Brasil, graças a Luiz Beltrão, a formação de uma Teoria de Comunicação Latino-Americana; que foram criados os primeiros centros e institutos voltados para os estudos teóricos da comunicação e informação do País; que foi lançado o primeiro periódico científico da área, em 1965; que aconteceu o primeiro estudo de Iniciação Científica da Comunicação, em 1963; que foi criada a primeira associação da área, a ABEPEC, e a maior delas, a INTERCOM. Enfim, foi ainda nesse período, de 1957 a 1977, que aconteceram avanços metodológicos significativos na área da Comunicação, contribuindo para que a mesma ganhasse densidade e respeitabilidade acadêmica, além de fortalecer e consolidar a história das Ciências da Comunicação.

Considerando que a democracia é um sistema político e uma luta permanente por liberdade e igualdade e que a educação é um meio para se chegar à democracia, as conquistas do espaço universitário da comunicação ao longo do período de 1957 a 1977, identificadas neste texto, contribuíram, e muito, para fortalecer a sociedade democrática brasileira. Durante o período em foco, foram dados os primeiros passos que vieram a assegurar as conquistas democráticas e fortalecer a sociedade nos anos seguintes.

Se a conjuntura do período 1957 –1977 do ensino da Comunicação foi cheia de contradições e, ao mesmo tempo, forneceu as bases para que mudanças mais positivas pudessem vir a ocorrer, nos anos seguintes, a conjuntura atual aponta para novos desafios no sentido de procurarmos manter um equilíbrio frente às tentações reformistas, destacando-se aqui as de iniciativas oficiais. Diante do contexto atual, enquanto academia, ficamos com a missão de refletir e encontrar novas opções para melhorar a qualidade de ensino e sair do imobilismo, para que possamos conquistar novos espaços nessa era de tecnologia digital e de convergência midiática. Com equilíbrio e muita reflexão sobre a qualidade do trabalho que estamos desenvolvendo é que poderemos contribuir nessa nova fase de mudanças, para que o ensino da Comunicação possa melhor atender as necessidades atuais e fortalecer a sociedade democrática brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O lugar do Jornalismo na Comunicação**, 2006. Disponível em: [http://w3.u-grenoble3.fr/les\\_enjeux/2006-supplement/Zelia/home.html](http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2006-supplement/Zelia/home.html) . Acesso em 05/11/2007.

CIESPAL. Información general. Disponível em: <http://www.comunica.org/chasqui/ciespal.htm> . Acesso em 23/11/2007.

DIAS, Paulo da Rocha. Centenário de Carlos Rizzini, pioneiro da midiologia brasileira. **Paper apresentado durante o congresso da ALAIC**, no Chile, 2000.

FELICIANO, Fátima. Iniciação científica em jornalismo: o trabalho pioneiro de Marques de Melo. **Idade Mídia**, São Paulo, ano II, n. 3, jun./2003, pp;137-143. São Paulo, UniFiam. Disponível em: [http://www.eca.usp.Br/pjbr/arquivos/mem\\_137-143\\_im3.pdf.pdf](http://www.eca.usp.Br/pjbr/arquivos/mem_137-143_im3.pdf.pdf) Acesso em 05/11/2007.

GENTILLI, Victor. O rompimento do genérico: o jornalismo em busca da identidade profissional e da legitimidade acadêmica. **Observatório da Imprensa**, 20/07/2000. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da18072000.htm> Acesso em 23/11/2007.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de Jornalismo Comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, José. A produção acadêmica brasileira em comunicação: perspectiva dos novos tempos. **Revista Famecos**. Porto Alegre, nº 11, dez. 1999, pp. 7-26.

MARQUES DE MELO, José. A pesquisa experimental nas escolas de comunicação: Reduzindo a distância entre academia e mercado. **ScienceNet**, Ano VIII – nº 53 – Março de 2004. Disponível em: [www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos\\_anteriores/txt\\_ant\\_01.htm](http://www.marquesdemelo.pro.br/textos/textos_anteriores/txt_ant_01.htm) Acesso em 08/11/ 2007.

MARQUES DE MELO, José . **A esfinge midiática**. São Paulo, Editora Paulus, 2004.

MARQUES DE MELO, José. Mestrado em Jornalismo: a ofensiva catarinense. **Revista Imprensa**, outubro 2007a.

MARQUES DE MELO, José. Prefácio. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Márcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007b, pp . 7-16.

MATTOS, Sérgio. **A História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo”. **Paper apresentado no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 7 e 8 de setembro de 1999. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-dilema.html> . Acesso em 25/06/2005.

